

As cláusulas sociais do acordo com o Governo Federal já serão recebidas nos vencimentos de maio com retroatividade referente à abril

A Condsef, demais entidades representativas dos servidores federais e o Governo Federal fecharam acordo com relação ao reajuste da categoria.

A proposta aceita versa para o reajuste de servidores de nível intermediário e superior de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026. Já os servidores de nível auxiliar receberiam 9%, divididos em duas parcelas de 4,5% para janeiro/2025 e maio/2026. As propostas se estendem aos servidores aposentados e aos pensionistas.

Com relação às cláusulas sociais a realidade é a seguinte: Auxílio Alimentação que era de

R\$ 658,00, passa a ser de R\$ 1.000,00; 51% destinado ao valor per capita da Saúde Suplementar, considerando a faixa etária e de renda do servidor; e Auxílio Pré-escolar de R\$ 321,00 para R\$ 484,90.

Esses benefícios sociais já estão incorporados nos benefícios dos servidores, ou seja, já irão fazer parte dos vencimentos de maio que serão recebidos em junho com retroatividade.

Vale ressaltar que a proposta econômica não condiz com os anseios da categoria, mas entende-se que o contexto criado nos 4 anos de desgoverno Bolso-

naro, e que ainda assombram a atual gestão econômica, somado à manutenção de um Congresso conservador, acaba por manter entraves que diminuíram, e em certos momentos, dificultaram todo o processo de negociação.

O movimento sindical continua vigilante e buscando melhorias significativas para a categoria através das negociações das Mesas Específicas.

Os servidores precisam manter a mobilização e a unidade, pois muitas categorias ainda estão buscando negociações específicas.

Juntos somos mais fortes!

Carlos Cesar Teixeira Ferreira é reeleito para cargo de reitor do IFMA

O professor Carlos Cesar Teixeira Ferreira foi reeleito reitor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) para o quadriênio 2024-2028. A consulta à comunidade acadêmica, que teve a participação de 17.033 estudantes, professores e técnicos-administrativos, foi realizada no dia 14 de maio e o resultado final foi divulgado nesta sexta-feira (17). Nestas eleições, também foram escolhidos os diretores-gerais de 28 campi (confira a lista abaixo).

O reitor reeleito recebeu 11.844 votos, sendo 9.563 de estudantes, 1.218 de professores e 1.063 de técnicos administrativos, o que lhe garantiu 69,53% dos votos válidos. O próximo passo é a homologação do resultado pelo Conselho Superior (Consup) do IFMA, em sessão marca-

da para o dia 23 de maio, na sede da Reitoria, em São Luís-MA. A posse de Carlos Cesar Teixeira Ferreira para o novo mandato ainda será agendada pelo Ministério da Educação (MEC) e deve ser realizada em Brasília-DF. Em data posterior, será marcada a posse dos diretores-gerais, pelo IFMA.

Carlos Cesar Teixeira Ferreira vai para o segundo mandato consecutivo derivado de consulta pública. Ele ocupa o cargo de reitor do IFMA desde 12 de novembro de 2020, quando tomou posse para o primeiro mandato. Com 50 anos de idade e uma carreira de 36 anos na instituição, é professor titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atuando no Campus São Luís-Monte Castelo. Possui doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina

Grande (2013), mestrado em Engenharia de Eletricidade pela Universidade Federal do Maranhão (2004), especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (2000), graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual do Maranhão (1998) e Licenciatura Plena em Eletricidade pelo mesmo CEFET/MA (1997). Já integrou o Banco de Avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e ocupou cargos importantes no IFMA, como Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitor de Planejamento e Administração, e Diretor-geral Pro-Tempore do Campus Caxias.

Fonte: IFMA



Mercado de trabalho ainda é principal desafio para travestis e transexuais

O último dia 17 de maio, Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia, jogou luz aos desafios da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho no Brasil. Além da falta de oportunidades para travestis e transexuais, que são as que mais morrem e sofrem violência em decorrência da sua identidade de gênero, há uma parcela dessa população muito pequena nos postos de trabalho.

Segundo dados levantados pelo Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+, em 51 empresas, 61% delas disseram empregar pessoas transexuais - outras 16% responderam que têm líderes trans. No entanto, na maioria dessas empresas, trabalhadores e trabalhadoras transexuais não chega a 1% do quadro de funcionários.

“Sabemos que a comunidade trans, tanto masculina como feminina, pessoas lésbicas, gays mais afeminadas, pessoas negras LGBT, são as que mais sofrem na hora de procurar um emprego”, conta o secretário nacional de LGBTQIA+ da CUT Nacional, Walmir Siqueira, o Wal, que lembra ainda que a Central aprovou, no seu último Congresso, em outubro do ano passado, uma política de atrair para dentro das discussões sindicais pessoas que não estão sindicalizadas, não estão no mercado formal de trabalho.

Para o dirigente, essa foi uma medida acertada da Central que pode ajudar a enfrentar esse problema. “Não foi direcionada à comunidade LGBTQIA+, foi para o trabalhador e a trabalhadora como um todo, na pauta do trabalho decente, mas que atingiu em cheio a nossa preocupação, que é o mercado de trabalho para pessoas da comunidade de LGBTQIA+”.

De acordo com levantamento da Associação Nacional de Tra-

vestis e Transexuais (Antra), 90% da população transexual e travesti têm a prostituição como fonte de renda e alternativa de sobrevivência.

Parceria CUT e OIT para LGBTs

Recentemente, a CUT firmou uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para articular recursos para a continuidade do projeto Pride, que tem como objetivo trabalhar na formação da comunidade LGBTQIA+ com foco no mercado de trabalho, principalmente na população trans.

Estima-se que 15,5 milhões de brasileiros e brasileiras pertencem a essa comunidade, o equivalente a 7% da população, de acordo com pesquisa Datafolha. Só que essa parcela ainda ocupa um número muito pequeno dos postos de trabalho.

Violência aumenta

O número de registros por homofobia e transfobia cresceu mais de 15 vezes entre 2015 e 2022 na cidade de São Paulo, segundo levantamento feito pelo Instituto Polis.

Em 2022, foram 960 registros, um aumento de 1.424%. Ainda de acordo com o instituto, a aparente queda em 2023 (435 casos registrados), não pode ser confirmada como uma redução das ocorrências, visto que os dados mais recentes demoram para ser consolidados;

Nos últimos nove anos, foram 3.868 vítimas. A pesquisa também analisou as notificações de violência LGBTfóbica nas unidades de saúde da capital paulista, entre 2015 e 2023, houve aumento de 10,8 vezes (981%).

A estimativa média de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos, segundo a Antra.

“Os direitos das pessoas LGBTQIA+ foram conquistados com muita luta e por isso, nós da CUT, seguimos sem perder o nosso foco na luta por uma sociedade mais justa, livre e mais inclusiva”, pontua Walmir.

A data

A data 17 de maio foi escolhida em alusão a uma decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) que, em 1990, excluiu a homossexualidade da classificação internacional de doenças.

No Brasil, através da luta, o movimento LGBTQIA+, em 1985 – cinco anos antes da decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS), já havia decidido que a homossexualidade não seria mais considerada uma doença pelo então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps).

Na contramão de vários países do mundo, o Peru, nesta semana, classificou a transexualidade como doença e grupos LGBTs prometem fazer protestos pelo país. Mas a decisão do país vizinho não se sustenta e vai contra a declaração da OMS.

